



AS PRINCIPAIS MAZELAS SOCIOECONÔMICAS TÊM COR? UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL AO ESTADO DA BAHIA

DO THE MAIN SOCIOECONOMIC PROBLEMS HAVE COLOR? A QUALITATIVE STUDY ON PUBLIC POLICY INDICATORS FROM BRAZIL TO THE STATE OF BAHIA

Rhadson Rezende Monteiro¹
Aureslande Viana Campos de Oliveira²
Diovana Fernandes de Oliveira³
Efigênia Ferreira Santos⁴
Marcelle Bittencourt Xavier⁵

RESUMO

Pessoas negras são a maioria quando se fala em vítimas de homicídios, contingente carcerário e pessoas em situação de altíssima vulnerabilidade são minoria quando se trata de pessoas atuando em cargos de gerência e direção. Os principais indicadores socioeconômicos demonstram o abismo que existe entre pessoas negras e não negras. Analisamos, nesta pesquisa, os principais dados que utilizam o critério de cor ou raça para verificar a situação socioeconômica da população no estado da Bahia. A população de cor preta ou parda possui severas desvantagens em relação à branca, no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados. Fica evidente que as desigualdades raciais, em todas as suas formas, são ainda um desafio a ser superado. Analisar esses dados, criar e implementar políticas públicas é fundamental para melhorar a vida das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas negras. Vulnerabilidades. Políticas públicas. Estado da Bahia.

ABSTRACT

Black people are the majority when it comes to homicide victims, the prison contingent, people in extremely vulnerable situations, they are a minority when it comes to people working in management and management positions. The main socioeconomic indicators demonstrate the abyss that exists between black and non-black people, we raised in this research, the main data that use the criterion of color or race to verify the socioeconomic situation of the population in the State of Bahia. The black or mixed-race population has severe disadvantages in relation to the white population, in terms of the dimensions covered by the indicators presented. It is evident that racial inequalities in all their forms

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGDMA/UESC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Direito e História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

² Pós-Graduanda na Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Norte do Paraná (Unopar).

³ Pós-Graduanda na Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Administração pela Faculdade Juvêncio Terra (FJT).

⁴ Pós-Graduanda na Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Gestão do Conhecimento para Inovação e Empreendedorismo pela UESB. Graduada em Administração pela Faculdade Juvêncio Terra (FJT).

⁵ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGLIN/UESB). Mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).



are still a challenge to be overcome. Analyzing this data, creating and implementing public policies is essential to improve people's lives.

KEYWORDS: Black People. Vulnerabilities. Public Policies. State of Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A população negra sofre historicamente pelo processo de escravização que deixou marcas cruéis de invisibilidade, discriminação e violência por todo o país. É importante identificar indicadores socioeconômicos que mostram o abismo entre pessoas pretas e não pretas com o intuito de apresentar a importância de criação de políticas públicas para amenizar tais distorções. Neste artigo, propomos investigar se há diferença no impacto das desigualdades sociais considerando o quesito racial e, para isso, apresentaremos dados do estado da Bahia, onde há uma grande população autodeclarada negra.

O indicador PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por amostra de domicílio, o IBGE) abarca temas essenciais à reprodução das condições de vida, como mercado de trabalho, distribuição de rendimentos, condições de moradia, educação, violência e representação política e já evidenciou uma diferença significativa entre brancos e negros nesses itens. Os piores índices estão, na maioria das vezes, com as pessoas negras, a exemplo da taxa de desocupação dados de 2018, referente ao estado da Bahia, aponta que os brancos tinham, naquele ano, uma taxa de desocupação de 13,1% e enquanto os negros de 17%.

Essa situação agravou por causa da pandemia do coronavírus. Segundo Gonzalez, “desigualdades sociais e raciais do Brasil estão assentadas numa matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista” (GONZALEZ, 2020 p. 12). Com milhares de mortes decorrentes da pandemia da covid-19, o país enfrenta uma crise política, sanitária e econômica que incide com maior força na população preta, pobre e feminina. Sendo assim, para formular e implementar políticas públicas de enfrentamento das desigualdades, é necessário considerar os marcadores sociais de diferença de raça, classe e gênero.

A identidade negra é marcada por uma trajetória de desigualdade social. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2018 sobre a violência no Brasil, de 2007 a 2017, indica que houve um aumento da desigualdade de raça/cor em termos de mortes violentas. Enquanto a taxa de homicídio de negros cresceu 33,1%, a taxa dos não negros subiu 3,3%. Já o desemprego entre os pardos alcançou 51,7% (IBGE, 2019). Se for considerado que mais da metade da população do país (55%) se autodeclaram pardos ou negros (IBGE, 2017), esse cenário é mais crítico.



2 MATÉRIAS E MÉTODOS

O presente artigo explora a questão das desigualdades sociais ocorridas por cor ou raça existentes no Brasil e, principalmente, no estado da Bahia, localizada na região Nordeste na qual concentra a maior número de pessoas negras. Justifica-se tal recorte considerando que, segundo o PNAD, a população brasileira foi estimada em 184,4 milhões de habitantes, em 2005, sendo que 91 milhões de pessoas se declararam de cor/raça parda ou preta. Desses, 35,8 milhões residem na Região Nordeste.

O método utilizado se configura como pesquisa quantitativa, representando a intenção de garantir a precisão dos resultados e evita as distorções de análise e interpretação, o que possibilita uma margem de segurança quanto às interferências, sendo realizadas através de pesquisa exploratória e reunindo informações que torne o problema de pesquisa mais explícito. No intuito de alcançar os objetivos propostos foi realizada auxiliarmente uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, textos e livros em diálogo com os dados coletados nos bancos de dados, sendo esses os indicadores socioeconômicos constantes nas plataformas digitais PNAD, IBGE, IPEA e Plano Plurianual (PPA) do estado da Bahia para demonstrar quantitativamente as distorções sociais e econômicas com ênfase nesse estado.

3 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A gestão social refere-se a um processo contínuo e dinâmico que envolve ações de planejamento, execução e avaliação de serviços sociais e um compromisso de construir respostas às necessidades sociais da população. Precisa ser formulada e empregada com fundamentação para não comprometer a demanda da ação social, uma vez que o indicador social permite o mapa de uma gestão social. Os indicadores sociais fornecem informações importantes, permitindo avaliações de qual caminho seguir e de como seguir, para que, assim, alcancemos os objetivos previamente identificados.

Conforme Jannuzzi (2004), um indicador social é uma medida, em geral quantitativa, dotada de um significado social, utilizada para quantificar, substituir, operacionalizar um conceito social abstrato. É um recurso metodológico que informa algo sobre um aspecto da realidade social, é um instrumento programático operacional para planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Ou seja, de acordo com Bonadío (2003) “compõem a agenda da política social



como um referencial indispensável para a definição de prioridades e alocação de recursos” (BONADÍO, 2003, p. 129).

Os indicadores não são simplesmente dados, números, eles nos permitem conferir os dados de acordo com as questões postas na realidade social, ou seja, é uma atribuição de valor, números a situações sociais.

3.1 Questão racial no Brasil a luz dos indicadores

O Brasil é formado por um mosaico étnico bastante diferente que teve o início com o processo de colonização no século XVI, com a chegada dos portugueses em um território ocupado por povos indígenas. Os povos africanos, cerca de 3,5 milhões, foram obrigados a imigrarem para realizar trabalho escravo.

Conforme dados da biblioteca nacional, em 1888 foram enviados para o Brasil cerca de 3 milhões e 650 mil africanos para serem escravizados, viajando em porões imundos, com pouquíssimos alimentos, e muitos morriam no percurso de 30 a 50 dias até chegarem aos portos brasileiros. Aqui, atuavam em minas, lavouras, colheitas, trabalhando de 14 a 16 horas sob condições inadequadas de vestimenta e alimentação.

O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza entre os que se declaravam pretos ou pardos era ainda maior que a média: 43,8% ou 5,3 milhões eram considerados pobres. Entre os brancos, o percentual de pobres era 38,6% ou 1,032 milhão de pessoas (G1 BA, 2019).

As taxas de desocupação e subutilização também têm maiores índices entre pretos e pardos. “Apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018”. No quesito de taxa composta de subutilização (que é a soma de populações subocupadas, desocupada e fora de trabalho potencial), entre os negros ela ficou em 29% contra 18,8 entre os brancos. Os negros também têm mais trabalhos informais que os brancos. “Após um período de queda, a ocupação informal passou a registrar crescimento desde 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada e por conta própria em ambas as desagregações por cor ou raça. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%”, diz. Com menor renda, os negros também acabam sofrendo mais no acesso a serviços básicos. Entre pretos e pardos, por exemplo, 12,5% da população não tinham coleta de lixo (contra 6% dos brancos) e 42,8% não tinham esgotamento sanitário por rede coletora pluvial (entre os brancos esse índice é de 26,5%) (MADEIRO, 2019).

Para tanto, a elaboração de políticas públicas afirmativas se faz necessária para responder às demandas da população negra. Nesse sentido, a partir da Conferência de Durban, em 2001, o Estado Brasileiro assumiu a responsabilidade de promover políticas que fossem ao encontro dos anseios de parte da sociedade brasileira, composta por pretos e pardos, que se tornaram maioria



nos últimos dez anos, conforme dados do IBGE, e que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

E a população negra ainda é agredida diariamente através do racismo estrutural como aponta Gonzalez.

Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuem a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diversos seguimentos sociais. O que existe no Brasil efetivamente é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalhos ocasional [...]. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Corroborando com Gonzalez (2020), Ribeiro (2020) argumenta que as desigualdades são criadas através das manobras que o poder realiza para legitimar certas identidades e deslegitimar outras. Vivemos, segundo a autora, em uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros.

Doravante, veremos em tópicos a disparidade social de raças, por meio de indicadores, considerando diferentes campos de política pública.

Segurança Pública e violência

A taxa de homicídio é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência em sua forma mais extrema nos países, nas regiões e grupos populacionais. Nos dados da Tabela 1 percebe-se essa grande diferença entre brancos e pretos, em que o preto está mais apto a sofrer um homicídio do que um branco.

Tabela 1 – Taxas homicídio

Taxa de homicídios		
Total	31,7	Por 100 mil habitantes
Branco	16,0	Por 100 mil habitantes
Pretos ou Pardos	43,4	Por 100 mil habitantes

Fonte: IBGE, 2017.

Distribuição de Renda e Moradia

Como pode ser observado na Tabela 2, o número de pretos vivendo abaixo da linha da pobreza é maior que os brancos.



Tabela 2 – Linha da pobreza

Pessoas abaixo da linha de pobreza		
	Branco	Pretos ou Pardos
Inferior a US\$ 5,50 p/dia	15,4 %	32,9%
Inferior a US\$ 1,90 p/dia	3,6%	8,8%

Fonte: IBGE, 2018.

Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição aos vetores de doenças.

Tabela 3 – Saneamento e Moradia

Pessoas residindo em domicílios sem acesso a serviços de saneamento, com inadequações domiciliares e posse de bens (%)		
	Branco	Pretos ou pardos
Sem coleta direta ou indireta de lixo	6,0	12,5
Sem abastecimento de água por rede geral	11,5	17,9
Sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial	26,5	42,8
Sem ao menos um serviço de saneamento	27,9	44,5
Ônus excessivo com aluguel	4,6	5,0
Adensamento excessivo	3,6	7,0
Não possui máquina de lavar	21,0	44,8

Fonte: IBGE; PNAD, 2018.

Educação

Como podemos ver nas Tabela 4, Tabela 5 e Tabela 6, a taxa de analfabetismo, a diferença entre brancos e pretos é enorme e o pior cenário em relação ao analfabetismo refere-se às pessoas pretas ou pardas residentes em domicílios rurais.

Tabela 4 – Taxa de Analfabetismo

Taxa de analfabetismo, segundo a situação do domicílio (%)		
	Branco	Pretos ou Pardos
Total	3,9	9,1



Urbano	3,1	6,8
Rural	11,0	20,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018.

Tabela 5 – Escolaridade

Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos, segundo o nível de ensino frequentado (%)				
	Fundamental	Médio	Superior	Outros (1)
Branco	1,4	14,7	78,8	5,1
Pretos ou Pardos	4,9	29,6	55,6	9,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018. (1) Inclui alfabetização de jovens e adultos e educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio.

Tabela 6 – Taxa de Conclusão do Ensino Médio

Taxa de conclusão do ensino médio (%)			
	Total	Homem	Mulher
Branco	76,8	72,0	81,6
Pretos ou Pardos	61,8	56,2	67,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018.

Nota: pessoas de 20 a 22 anos de idade

Em relação ao ensino superior, podemos perceber que há mais negros do que brancos na rede pública devido aos programas governamentais, como os programas de cotas raciais para negros ingressarem em faculdades. Os negros são superados pelos brancos nas redes privadas e, mesmo com programas governamentais como o ProUni e o Fies, os números ainda são baixos.

Tabela 7 – Acesso ao Ensino Superior

Distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior, segundo a rede de ensino (%)		
	Branco	Pretos ou Pardos
Rede pública	49,7	50,3
Rede privada	53,4	46,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018.

Representação Política

Apesar de constituir 55,8% da população, os negros representam 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos, em 2018, e por 42,1% dos vereadores eleitos em 2016, no País, número muito baixo ainda.

Tabela 8 – Representação Política

Distribuição dos deputados federais, deputados estaduais e vereadores eleitos (%)	
---	--



	Branco	Pretos ou Pardos
Deputados federais	75,6	24,4
Deputados estaduais	71,1	28,9
Vereadores	57,9	42,1

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais. Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018.

Aqui, o cenário é quase o mesmo, pois o número de negros candidatos com receita de R\$ 1 milhão é muito baixo em relação aos brancos, já os com receita com menos de R\$ 100 mil está mais alto, porém ainda baixo em relação aos brancos.

Tabela 9 – Distribuição de renda entre candidato ao legislativo federal

Distribuição dos candidatos a deputado federal, segundo as classes de receita das candidaturas (%)		
	Branco	Pretos ou Pardos
R\$ 1 milhão ou mais	83,8	16,2
De R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão	67,3	32,7
Menos de R\$ 100 mil	56,1	43,9

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais. Brasília, DF: TSE, [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2018.

Mercado de Trabalho

A população desocupada e a população subutilizada que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas. Apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018.

Tabela 10 – Força de trabalho desocupada e subutilizada.

População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%)		
	Branco	Pretos ou Pardos
Na força de trabalho	43,9	54,9
Desocupada	34,6	64,2
Subutilizada	32,7	66,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Nota: Pessoas com 14 ou mais anos de idade.

Tabela 11 – Ocupação informal de postos de trabalho

Pessoas em ocupação informais (%)		
	Branco	Pretos ou Pardos
Homens	34,4	46,9
Mulheres	34,7	47,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.



A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso aos direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e a aposentadoria. Percebe-se que a informalidade é maior e crescente entre as mulheres, mais vulneráveis que os homens.

Na tabela abaixo vemos a diferença de rendimento mensal médio por cor autodeclarada.

Tabela 12 – Rendimento mensal médio por cor autodeclarada (Brasil)

Valor do rendimento mensal total nominal	
Cor ou Raça	Valor
Amarela	R\$ 813,00
Branca	R\$ 1.191,00
Indígena	R\$ 716,00
Parda	R\$ 711,00
Preta	R\$ 670,00

Fonte: IBGE; PNAD, 2018.

O rendimento médio domiciliar per capita também apresentou diferenças entre os grupos de cor ou raça. Na população branca, esse rendimento superou em quase duas vezes o da população preta ou parda. O acesso à renda está diretamente relacionado às demais disparidades raciais demonstradas nos números acima, para o Brasil os dados demonstram que pretos e pardos têm menor acesso a oportunidade aos diversos campos de política pública.

Doravante passaremos a realizar o recorte para o Estado da Bahia, estado que abriga a maior percentual de população preta e parda do Brasil.

3.2 Cenário do estado da Bahia

O Estado da Bahia está localizado na região nordeste do Brasil, sendo a capital Salvador. O território baiano é composto por 564.733.080 quilômetros quadrados, que são divididos em 417 municípios. Segundo o IBGE, a população estimada, em 2021, é de aproximadamente 14.985.284 de pessoas.

Somente na capital Salvador concentra 2,6 milhões de habitantes, o que corresponde a 19% da população baiana. Em seguida, os municípios mais populosos são Feira de Santana com 556,6 mil habitantes (4%) e Vitória da Conquista com 306 mil habitantes (2,2%). As mulheres são maioria na Bahia, sendo 7,1 milhões de mulheres (51%), enquanto os homens são 6,8 milhões (49%).



São 10 milhões de baianos que vivem na área urbana (72%) e 3 milhões que residem na área rural (27%). Essa média de população urbana é baixa em comparação à média nacional que é 84%. Na região nordeste, a Bahia é o terceiro colocado com maior número de população rural, perdendo apenas para Maranhão e Piauí.

Sobre religião, a população baiana é predominantemente católica apostólica romana (65%) com 9 milhões de fiéis. Em seguida são os evangélicos, a segunda maior religião com 2,4 milhões de seguidores (17%), e, em terceiro, 1,6 milhões de baianos se consideram “sem religião” (12%). O candomblé, religião de origem africana, possui apenas 40 mil seguidores, sendo apenas 0,3% da população baiana.

Em 2017, 8 em cada 10 moradores de Salvador eram negros, ou seja, se autodeclaravam de cor preta ou parda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. Os negros (pretos e pardos) somavam 2,425 milhões ou 82,1% das 2,954 milhões de pessoas que viviam na cidade naquele ano.

Por isso mesmo, além de capital da Bahia, Salvador tem o posto de capital negra do país. A liderança do município em relação à participação de negros no total da população se deve, sobretudo, à maior presença de pessoas que se declaram de cor preta.

Tanto a participação de negros (82,1%) quanto à de pessoas que se declaram de cor preta (36,5%) em Salvador eram bem superiores à média do Brasil, onde 55,4% da população é formada por pretos ou pardos, e os que se declaram pretos são menos de 1 em cada 10 pessoas (8,6%).

As pessoas de cor preta e a soma de pretos e pardos também eram mais representativas na capital do que na Bahia como um todo. No estado, pretos e pardos somavam 80,2% da população em 2017 (apenas a quarta maior participação do país), enquanto os que se declaravam pretos eram 20,9%, ou 1 em cada 5 moradores do estado. Neste caso, o maior percentual dentre as unidades da Federação.

No entanto, quando se trata de estatísticas por cor ou raça, Salvador também está no topo de outro pódio: o da desigualdade salarial. Na média dos três trimestres de 2018, o rendimento dos trabalhadores que se declaravam de cor preta ficou em R\$ 1.640 na capital baiana, o equivalente a 1/3 (ou -67,0%) do que ganhavam os trabalhadores que se declaravam brancos (R\$ 4.969), segundo a PNAD Contínua Trimestral.

Era a maior diferença salarial entre brancos e pretos dentre as capitais brasileiras, também significativamente superior às diferenças no Brasil e na Bahia como um todo. No país, nos três primeiros trimestres de 2018, os trabalhadores de cor preta tiveram rendimento médio de R\$ 1.608, pouco mais da metade (55,6%) do que ganharam os de cor branca (R\$ 2.891).



4 A QUESTÃO RACIAL NA BAHIA

Conforme Silva (2013), foi identificado 584 comunidades quilombolas certificadas no estado, “o que torna o estado com maior número dessas comunidades em todo o território nacional, seguido por Maranhão, Minas Gerais e Pará” (SILVA, 2017, p. 140).

Na Bahia, conforme o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, 42,9% da população, como um todo, ainda estava abaixo da linha de pobreza em 2018, o que representava 6,3 milhões de pessoas vivendo com menos de R\$ 413 por mês (US\$ 5,5 por dia em paridade de poder de compra, segundo a linha definida pelo Banco Mundial) (G1, BA 2019).

O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País.

Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos (SÍNTESE..., 2018, CENSO..., 2012). No IBGE, as informações sobre as condições de vida da população brasileira pelo enfoque de cor ou raça são abordadas, continuamente, por meio dos resultados das pesquisas domiciliares e, de forma transversal, em publicações mais abrangentes, em especial a Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.

Os indicadores selecionados para tal, provenientes, em sua maioria, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) abarcam temas essenciais à reprodução das condições de vida como mercado de trabalho, distribuição de rendimento, condições de moradia, educação, violência e representação política, e evidencia, na breve série temporal considerada, as severas desvantagens da população de cor ou raça preta ou parda no que tange às dimensões necessárias para a reprodução e/ou a melhoria de suas condições de vida.

Cumprir destacar que os temas tratados neste estudo estão contemplados no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afro descendentes (2015-2024), aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução 68/237, de 23/12/2013, que tem o objetivo de promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos.

A tabela abaixo mostra o montante orçado por ano para aplicação de políticas públicas nesta área.



Tabela 13 – Recursos para políticas de Promoção da Igualdade Racial destinado pelo Estado da Bahia

Recursos orçamentários e financeiros (em r\$ 1.000,00)					
Ano	Orçado Inicial	Orçado Atual	Contingenciado	Liquidado	Pago
2017	2.510,00	18.496,65	0,00	6.386,23	6.269,05
2018	3.840,66	13.763,28	0,00	6.359,42	6.100,59
2019	3.725,00	5.534,43	0,00	4.648,63	4.648,63

Fonte: Elaboração DAV/SMA/SEPLAN, com base no Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2019). FIPLAN, 2019.

Observa-se que houve uma redução no orçamento de 2019, o que pode ter impactado a execução das políticas públicas de igualdade racial.

Tabela 14 – Taxa de denúncia de crime de racismo e intolerância religiosa no Estado da Bahia

Números de atendimentos de denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa (em unidade)			
Ano de Referência	2017	2018	2019
153	161	302	450

Fonte: Elaboração DAV/SMA/SEPLAN, com base no Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2019). FIPLAN, 2019.

A Tabela 14 apresenta os números de casos de denúncia de racismo e intolerância religiosa, observa-se que houve um aumento do número de denúncias de um ano para o outro, com base no número de referência, o que significa que as pessoas estão procurando cada vez mais os seus direitos.

A Tabela 15 mostra os dados sobre a proporção de municípios que recebem apoio institucional e fortalecem as políticas de igualdade racial. Pode-se observar que o número vem aumentando, ou seja, a cada ano mais municípios recebem mais apoio na implementação de políticas públicas de igualdade racial.

Tabela 15 – Proporção de municípios do estado da Bahia que receberam verbas destinadas para políticas de igualdade racial

Proporção de municípios que receberam ações de apoio institucional e de fortalecimento da política de promoção da igualdade racial (em %)			
Valor de Referência	2017	2018	2019
28,53	37,17	40,53	43,65

Fonte: Elaboração DAV/SMA/SEPLAN, com base no Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2019). FIPLAN, 2019.



A tabela acima demonstra que, ao menos em tese, houve um aumento progressivo do repasse de orçamento por parte do estado da Bahia para seus municípios na verba condicionada a aplicação em políticas públicas que busquem reduzir as desigualdades sociais com enfoque na questão racial.

CONCLUSÃO

O Brasil, desde o início do processo de colonização, é conhecido pela mistura de diversas etnias, possuindo uma cultura rica e diversificada, porém muito dessa mistura é resultado de agressão, opressão e da brutalidade de uns sobre outros. Esses fatos impulsionaram, no decorrer da história, a criação de uma população marcada pelos elevados índices de pobreza e desigualdade social.

Estudiosos como Gonzalez (2020) e Ribeiro (2020) apontam que as questões de raça em nosso país estão estruturadas em um sistema que condicionam pessoas negras a determinados ambientes e as excluem de outros. As oportunidades de desenvolvimento socioeconômicos são desiguais, pouquíssimas, principalmente para as mulheres negras que representam a base da pirâmide social.

A desigualdade em relação à população negra começa desde o nascimento, já que a mortalidade entre crianças negras e pardas brasileiras é superior à da população branca da mesma idade. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2017, 50,7% das crianças até 5 anos que morreram por causas evitáveis eram pardas e pretas, enquanto 39,9% eram brancas.

Por muito tempo perdurou a ideia de que o país era o melhor exemplo de democracia racial e de harmonia entre as raças. No entanto os indicadores sociais demonstram o contrário. Os negros e pardos ganham menos que os brancos, têm menor escolaridade, são grupos mais atingidos pelo desemprego e dos que conseguem trabalho, a maioria exerce atividades de baixa qualificação e prestígio social.

Por essa razão, moram em lugares mais pobres e distantes do local de trabalho, não contam adequadamente com serviços públicos básicos (saúde, educação e saneamento) e dispõem de poucas opções de lazer, principalmente, no estado da Bahia. Como afirma Ribeiro “tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fujamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2020, p. 26).



A população de cor ou raça preta ou parda possui severas desvantagens em relação à branca no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados. Assim, fica mais evidente que as desigualdades raciais em todas as suas formas é ainda um desafio a ser superado.

No entanto, a possibilidade de verificar esse retrato da desigualdade, a luz dos bancos de dados dos indicadores socioeconômica deve servir para nortear a promoção de políticas públicas foi esse o objetivo primaz do presente artigo. Podemos concluir que, a partir da constatação qualitativa dessas desigualdades, a gestão pública deve alocar recursos que promovam a redução dessas disparidades.

Nesse sentido, foi possível verificar pelo orçamento de 2017 a 2019 um avanço gradual no montante de verbas destinadas pelo estado da Bahia, tanto aplicadas em políticas diretas quanto subsidiando os projetos desenvolvidos nos municípios. Contudo, os valores ainda são insuficientes para mostrarem significativas mudanças nos indicadores sociais.

REFERÊNCIAS

BONADÍO, Valderes Maria Romera. **As propostas de avaliação da política social da região administrativa de Presidente Prudente**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Socioeconômicos: o que é**. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/ptecoao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Socioeconômicos: cidades**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: [HTTPS://cidades.ibge.gov.br/](https://cidades.ibge.gov.br/). Acesso em: 5 dez. 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas [e] elaboração de estudos socioeconômicos**. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

MADEIRO, Carlos. **Negros são 75% entre os mais pobres; Brancos, 70% entre os mais ricos**. UOL. Maceió, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 30 nov. 2021.



PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: o que é. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PLANO PLURIANUAL – PPA do Estado da Bahia. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>. Acesso em: 5 dez. 2021.

POBREZA na BA é maior entre pretos ou pardos e mulheres solteiras com filhos menores de 14 anos, aponta IBGE. **G1 BA**, Bahia, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/11/13/pobreza-na-ba-e-maior-entre-pretos-ou-pardos-e-mulheres-solteiras-com-filhos-menores-de-14-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SALVADOR. Decreto n. 24.792 de 14 de fevereiro de 2014. Aprova o plano municipal de políticas de promoção de igualdade racial. *Bahia*, Salvador, 14 fev. 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2014/2480/24792/decreto-n-24792-2014-aprova-o-plano-municipal-de-politicas-de-promocao-de-igualdade-racial?q=+22DECRETO+N%C2%BA+24.792>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SILVA, Alberto Bomfim. Presenças e invisibilidades dos afro-brasileiros em Vitória da Conquista (Brasil). **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 138-147, 2017.

YWATA, Suzana Yuriko; GIROTO, Ana Paula Santana; ROCHA, Simone Tarifa Da. Os indicadores sociais como instrumento de gestão social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 10, n. 2, 2008.

Enviado em: 08/03/2022
Aprovado em: 27/09/2022